FORUM 19, Jan. 1996, Pág. 77-100

A Sé de Braga e Dom Rodrigo de Moura Teles (1704-1728) *

Eduardo Pires de Oliveira

1
As obras de D. Rodrigo de Moura Teles na Sé

Poder. Aparência. Teatralidade. Ostentação. Piedade. Religiosidade. Sinceridade. Arte. Festa. Música.

Estas algumas das palavras chave para compreender as razões que levaram a que, durante todo o século XVIII, a Sé se enchesse de obras de arquitectura, estuque, retábulos – no princípio do século e trocados por outros ainda antes

---

* Comunicação apresentada ao Simpósio Internacional "Struggle for Synthesis" (A Obra de Arte Total nos Séculos XVII e XVIII). Braga, 11-14 de Junho de 1996.

Na sua esmagadora maioria as manifestações artísticas de que falarei já desapareceram.

A Sé de Braga é um templo de raiz românica. Os restauros operados no período do Estado Novo tiveram como política fazer com que velhos edifícios que ainda conservassem fortes

do fim desse mesmo século! – pintura, grades, ourivesaria, talha, douramento, paramentos, frontais, órgãos, novas festas e um sem fim mais de outros objectos e manifestações de arte.

Os arcebispos que criticavam o Cabido por fazer muitas obras, nos períodos de Sé Vacante, uma vez instalados no poder faziam o mesmo, numa quase competição.

A Sé viu-se, assim, em renovação contínua: às pedras nuas, românicas, sucedeu-se o estuque, depois pintado; azulejos ...

A retábulos antigos sucederam-se outros barrocos e, ainda durante o mesmo século, no seu final, outros retábulos, neoclássicos.

As invocações e imagens que existiam ao longo das paredes receberam compartimentações – que as transformaram em pequenas capelas – retábulos, novas imagens, banquetas de castiçais, frontais, etc.

Isto fez que a Sé passasse a ter inúmeras pequenas capelas e se criassem outro número infindo de confrarias. Ou seja, conforme o sentir das populações barrocas, religiosas ou leigas, ricas ou pobres, masculinas ou femininas, a Sé passou a ser uma festa! A Sé era o centro que deveria ser imitado pela cidade e pela região.

---

estruturas medievais, como é o caso da românica Sé de Braga, fossem "reintegrados", isto é, se destruísse a esmagadora maioria das intervenções artísticas posteriores. As alterações barrocas, porque eram das mais recentes, foram as que mais sofreram.

Para que a vossa compreensão seja a mais dilatada possível procurei apresentar diapositivos feitos a partir de fotografias antigas, isto é, anteriores ao "restauro" dos Monumentos Nacionais", levado a cabo nos anos 40 do nosso século. Mas nem sempre me foi possível cumprir com tal desejo.

A maioria destas fotografias datam dos anos de 1903-1905.

Quero agradecer ao meu bom Amigo dr. António Matos Reis a sugestão que me deu para apresentar este tema.

D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728) introduziu a festa maior: o Lausperene. Se juntarmos a grande festa do Corpo de Deus, os dias santificados, os dos patronos das confrarias e muitos outros que seria cansativo agora nomear, vemos que havia uma agitação festiva contínua.

A Catedral transformava-se: os altares engalanavam-se com ornamentações grandiosas e coloridas cheias de reposteiros de tecidos pintados e bordados; os oficiantes usavam os paramentos "ricos" e, por vezes, se a cerimónia o permitisse, "o paramento da China", feito de sedas importadas do Oriente – e bordadas em Braga por mãos laboriosas e especializadas que podiam trabalhar, por exemplo, no estabelecimento de Semião da Costa, um dos paramenteiros de Braga do século XVIII – porque os damascos de Braga, embora os mais finos do país, não eram suficientemente ricos e vistosos para o momento; usava-se a nova custódia de prata e punha-se o frontal bordado a ouro com fundo de seda, de cor apropriada à função.

E por toda a catedral ecoavam magníficos órgãos barrocos oferecidos por D. Rodrigo, logo trocados por outros ainda mais espantosos, os que foram construídos em plena Sé Vacante, pelo franciscano galego Simão Fontanes em 1737-1739. O padre Manuel de Matos, organista da Sé, tocava-o maravilhosamente bem, acompanhado pela "capela" musical da Catedral. Como maravilhosas, festivas e senhoris eram as figuras esculpidas para as espantosas caixas dos órgãos, levadas a cabo pelo grande artista que foi Marceliano de Araújo, sob desenho desconhecido, quem sabe se do padre Ricardo da Rocha, o mesmo que pouco tempo antes elaborara o projecto para os magníficos retábulos da vizinha Misericórdia e viria ainda a fazer, na década seguinte, o "Mappa das Ruas de Braga".

A pedra nua teria permitido uma melhor sonoridade, mais pura, mais brilhante e mais ascética. Os sons saídos do estanho dos tubos teriam outro ribombar, espalhar-se-ia com mais força por toda a Catedral, servindo cada pedaço de parede de granito de reflector dos "tentos e das batalhas" que neste órgão se tocavam.

Mas não era isso que a cidade procurava na sua catedral. A cidade desejava algo que a fizesse abstrair do duro quotidiano de trabalho, da difícil luta do dia

a dia. A cidade precisava do escape, da festa, da alegria. Era isso que também ia pedir a Deus na sua Catedral. E após a contrição recebia aqui a palavra de Deus que vinha directa ao seu coração, o perdão, o conforto, a razão para continuar a viver.

As grandes obras setecentistas começaram, pode dizer-se, no final do século XVII, em 1698, com a nova sacristia, desenhada pelo arquitecto régio João Antunes e executada pelos mestres de pedraria Pascoal Fernandes e seu filho Manuel Fernandes da Silva. Em poucos anos ficou repleta de arcazes e armários de madeiras exóticas, maravilhosamente decorados com ornatos dourados de latão, pinturas, fontes, retábulos, e muitos outros pertences, todos do maior preço e qualidade.

Depois, durante o governo de D. Rodrigo de Moura Teles, que cobre o primeiro terço do século, quase é mais fácil dizer o que não foi feito do que aquilo que se alterou ou acrescentou.

Da sua lavra fez-se:

- uma nova casa do Tesouro, ainda com projecto de João Antunes
- aberturas na fachada e inúmeras frestas no corpo da igreja, permitindo que a luz jorrasse com mais força, no interior outrora sombrio da catedral
- lanternim do arco cruzeiro
- o majestoso alcandorado das torres
- azulejos nas capelas de S. Pedro de Rates, e S. Geraldo
- arco-sólio da pia baptismal, revestido a azulejo
- e um alto silhar de azulejos em volta das naves, este hoje desaparecido
- uma série de retábulos a substituir outros mais antigos, alguns deles mandados fazer por D. Diogo de Sousa; e outras talhas
- o douramento de todos estes retábulos, com folha de ouro da mais subida qualidade

- aberturas nas paredes das naves da Sé para receber estes novos retábulos, de maior profundidade e volumetria do que os anteriores
- o estucamento e pintura da capela-mor e das três naves do resto da Sé
- um novo desenho, de pedra canelada, para os arcos exteriores, os que delimitam as capelas laterais; e novos tectos de caixotões
- grades de madeiras tropicais, com ornatos de latões que, pese a sua cor, eram muitas vezes sobredourados, para que todas estas capelas, contratadas com os mais conceituados mestres enxambradores e latoeiros, tivesse cada uma delas a mesma qualidade que tinha o interior da catedral
- um novo sacrário de prata, o único de que temos notícia em Braga, na capela do Santíssimo Sacramento
- banquetas de castiçais, lampadários, sacras e outras alfaias sacras, tudo em prata
- e um sem fim de outras pequenas e grandes obras, onde sobressaem as dos tecidos de seda bordados a ouro, incontáveis, que seria fastidioso aqui relembrar.

2
A continuidade da obra de D. Rodrigo de Moura Teles: A "Sé Vacante" (1728-1741)

Depois vem um longo período de Sé Vacante. Foram 13 compridos anos, que terminaram apenas em 1741! E mais anos parecerão se contarmos que durante o século que vem desde 1640 estes 13 anos parecem uma continuidade dos longos períodos de Sé vacante que se sucederam desde aquela data.

Foram muitas as intervenções do Cabido dentro e fora da sua Sé. Mas, curiosamente, mais parecem ser a sequência normal e natural das actividades que vinham já preparadas do governo anterior. O de D. Rodrigo.

São três as obras fundamentais que se realizaram neste período.

Mas, na prática resumem-se a uma, isto é, a um conjunto: à intervenção no coro alto. Tal atitude pode dizer-se que começou a gerar-se em 1732 em algumas obras. Mas, em força, começaram apenas em 1735, com a abertura do lanternim do corpo inferior da igreja.

Depois já havia luz para se fazer um magnífico cadeiral, com um arquitecto e entalhador lisboeta, mas vindo do Porto, onde estava a ganhar uma cada vez maior influência na vida artística local; e para um órgão que tivesse a dimensão da cidade e da sua Sé.

Para tal foram chamados Miguel Francisco da Silva, para o cadeiral.

E Marceliano de Araújo para as caixas dos órgãos, "superlativos" no dizer do crítico de arte Robert Smith, ou "excepcionais, de valor europeu", nas palavras do também crítico da arte e das mentalidades do barroco, Flávio Gonçalves.

E Simão Fontanes, mestre organeiro galego, para a fabulosa parte mecânica, musical, que nas palavras do musicólogo Gerard Doderer apenas tem paralelo em Portugal nos maravilhosos órgãos da grande igreja lisboeta de S. Vicente de Fora.

E Manuel Furtado de Mendonça, pintor do Porto, mas com farta obra em Braga e no Minho, que recebia o impressionante salário de 1$000 diários![1]

Isto para não falar de procissões, de que a do Corpo de Deus do imediato ano de 1729 foi talvez a maior, possivelmente ainda mais espaventosas do que tinham sido as representações dos Passos no ano de 1709; e outras manifestações da arte do efémero, mas que marcavam tão forte e decisivamente, que tanta influência tiveram no quotidiano da cidade.

a) O porquê das obras

Relembremos as nossas palavras iniciais:

Poder? Aparência? Teatralidade? Ostentação? Piedade? Religiosidade? Sinceridade? Arte? Música?

E acrescentemos-lhe: Obra de arte absoluta?

A pergunta tem toda a razão de ser feita. Conhece-se hoje, quase a par e passo, um grande número das múltiplas intervenções operadas pela acção directa de D. Rodrigo, durante o curto espaço de tempo que esteve à frente do governo da sua Sé.

Menos conhecidas são as obras que foram motivadas indirectamente pela sua acção, isto é, pelas suas Visitas Apostólicas à Catedral.

Conhece-se, também, a sua fortíssima actividade que o fez correr todo o seu arcebispado, numa irrequietude contínua de aplicação de sanções ou de doações para novas obras. Isto é, nada deixando ao acaso, a tudo e em tudo querendo deixar a sua marca.

Amado ou odiado. E temido.

O arcebispado teria que ser uma obra sua, de D. Rodrigo.

O seu engenheiro desenhou alçados e plantas, ou preparou "apontamentos", para múltiplas obras em todo o arcebispado. O seu mestre de obras preferido também correu todo o Norte do país, com o seu estaleiro, para satisfazer os seus contínuos despachos.

Foram obras nas freiras de Monção, palacetes em Viana, templos em Barcelos, o Hospital de S. Marcos e muitos outros edifícios em Braga; o Bom Jesus de Braga, o de Fão ...

E, quem sabe, várias outras obras que poderão passar pela capela de Santa Quitéria em Felgueiras, em tudo semelhante à de S. Sebastião das Carvalheiras – de Braga; ao convento de Chaves; ao templo de Moncorvo ...

Um mundo de realizações que tornaram o Norte do país numa obra de D. Rodrigo, com uma estrutura e coesão impressionantes.

Um mundo exemplarmente representado num quadro que se conserva ainda hoje na Sé e que é tão mais interessante do ponto de vista humano, quanto é pobre do ponto de vista plástico[2].

Ou uma vida de afirmação do seu *ego* que culminou numa fonte-obelisco – qual *puzzle* acumulativo do seu símbolo heráldico, que curiosamente é um castelo – que mandou erguer defronte do seu palácio, que tinha em alguns dos seus corpos os edifícios administratativos mais importantes de toda a sua vasta arquidiocese[3].

A pergunta é: quais foram as razões que levaram a que D. Rodrigo quisesse fazer mais alterações na sua igreja catedral que qualquer outro seu antecessor? Razões artísticas? Afirmação do seu poder? Obséquio de piedade?

Vejamos. D. Rodrigo era uma homem de poder, o Sumilher da Cortina do Rei. Antes tivera outros cargos importantes, entre eles os de reitor da Universidade de Coimbra e bispo da diocese da Guarda. Quando chegou a Braga tinha já 60 anos, as suas ideias já estavam perfeitamente formadas. Era de origem nobre, filho de condes.

Qual seria a Sé que viu no momento da chegada? Um edifício soturno, apenas alumiado pela luz dos círios e das velas, onde poderia apenas refulgir o dourado das talhas de alguns retábulos, isto se não estivessem protegidos pelos fortes reposteiros que quase os escondiam?

Um edifício onde se sentia, acima de tudo, que a última grande reforma fora levada a cabo já há cerca de 200 anos? Talvez só a música tivesse acompanhado e evolução dos anos; veja-se, por exemplo, o mestre de capela, Pedro de Araújo que era um homem perfeitamente integrado no sentir musical do seu tempo.

Obra moderna importante apenas a que recentemente acabara, no governo do seu antecessor. Foi ela a da magnífica sacristia, levantada em 1698-1701 pelo mais notável arquitecto português do seu tempo, João Antunes.

E mais nada havia.

b) Razões artísticas?

Não sabemos se Moura Teles planeou fazer uma obra global, estendida ao longo dos anos, ou se a foi fazendo ao fruto do acaso e das disponibilidades financeiras da Mitra, que lhe pertenciam; ou as que indirectamente governava: as do Cabido e as das Confrarias. Mas não temos a menor dúvida que quis intervir fortemente na organização do espaço do edifício.

Por onde começou?

Havia um plano geral?

Quem foi o seu Assessor para a arquitectura?

Teria sido natural que tivesse iniciado a sua acção mudando a capela-mor. Em Braga era costume iniciar-se os trabalhos das igrejas pela construção da capela-mor e sua torre.

Em alternativa, poderia ter começado pela capela do Santíssimo Sacramento, que lhe ficava contígua.

Vendo o elenco conhecido das obras da Sé vemos que essas intervenções aconteceram só no meio do seu mandato.

Poder-se-á pensar, então: a Sé era soturna. Tudo nos indica que sim. E que por essa razão D. Rodrigo teria iniciado os seus trabalhos com a abertura de novas frestas e de um lanternim no cruzeiro da igreja.

Também não bate certo esta hipótese: só em 1713 e 1715 é que se fizeram estas obras.

Parece-nos não poder haver dúvidas de que D. Rodrigo partiu da ideia de que era necessário alterar radicalmente a sua Sé.

No estado dos nossos conhecimentos actuais ainda não se consegue vislumbrar com segurança o seu projecto. Mais parece ter acontecido que estes trabalhos andaram um pouco ao acaso, ora na cabeceira, ora na nave; ora nesta capela, ora naquela. Mas não há dúvida que há uma mais forte incidência inicial nas que se situavam na cabeceira.

Quem o terá ajudado?

Não esqueçamos de que o arcebispo tinha já um longo percurso de passagem por locais cimeiros da vida social, política, religiosa e cultural do país. Deve ter visto, deve ter contactado, com espaços onde se respirassem com força as alterações propugnadas pela Contra-Reforma e onde a sensibilidade barroca já estivesse em plena efervescência.

Mas é curioso que recebendo do seu antecessor uma obra avançada, a nova sacristia de João Antunes, não tenha querido continuar nessa senda "modernista" e se tenha preferido rodear de uma equipa cujos parâmetros estavam recuados algumas décadas em relação à arte de João Antunes.

Os seus homens de mão foram o coronel de engenharia, de Viana do Castelo, Manuel Pinto Vilalobos, um militar que tanto desenhou palácios como igrejas, retábulos, tectos, etc.[4]. E o mestre de pedraria Manuel Fernandes da Silva, um homem que não hesitava, também, em desenhar plantas e fazer projectos e que aprendera a sua arte no estaleiro do seu pai, também ele um notável mestre de pedraria, Pascoal Fernandes[5].

A sua maneira de ser, a sua idade já avançada, a falta de arquitectos mais ousados, a sua maneira de ser um pouco ditatorial, ou qualquer outra razão ainda desconhecida, devem tê-lo feito optar por esta via mais arcaica.

Não há dúvida de que a Sé se tornou num espaço sagrado mais atraente. A festa religiosa maior que é o Lausperene apareceu logo no sexto ano do seu governo, em 1710, em circuito talvez semelhante ao actual: iniciando-se na Sé, logo no início da quaresma, corre depois uma série de igrejas da cidade e termina novamente na Sé. Não só a Catedral recebeu assim um novo e importantíssimo acontecimento festivo mas, também, ao colocar-se no início e fim de todo este processo, afirmava com ainda maior força a sua qualidade de igreja maior.

Note-se que esta extensão à cidade não foi voluntária mas sim ordenada, segundo se pode ver em documentos coevos[6].

A nova organização que deu às capelas das confrarias, aliada às profundas

alterações que nelas obrigou a que fossem operadas, tornaram este espaço mais organizado – e mais "decente", para utilizar um termo muito usado na época – logo mais atraente aos olhos do público crente e, o que não é menos importante, mais fácil de controlar.

Antes das alterações ordenadas por D. Rodrigo seria, talvez, um eufemismo chamar capelas a estes espaços. Pois pouco mais não eram do que retábulos encostados às colunas que sustentavam a igreja.

Com a reforma deste arcebispo cada capela passou a ser autónoma, o seu retábulo passou a ser instalado num arco que se teve de abrir na parede, criando ilusão de profundidade [7]. Aplicou na Sé o que fizera cumprir nas múltiplas igrejas paroquiais [8] da cidade e seu couto. E passaram, também, a ser separadas das outras por algo que as distinguia

Essa separatória eram as grades.

Não sabemos quando foram colocadas as mais antigas grades na Catedral. A nova leva de contratos de grades da Sé iniciou-se pelo contrato exarado em tabelião no dia 25 de Novembro de 1703 [9].

Depois há um sem fim de outros, que incluem os de um novo púlpito para fazer parelha com o que já existia desde o tempo de D. Frei Agostinho de Jesus.

E aqui há dois factores a assinalar:

- Segundo o novo gosto as balaustradas das grades deveriam ser de madeira nobre, normalmente pau preto. E nunca de ferro!

- Destas madeiras nobres foram feitas, em 1683, as novas grades da capela do convento de Salvador; em 1684 as da Igreja de N.ª S.ª a Branca, a que seguiram muitas outras nas múltiplas igrejas de Braga [10].

Mas há aqui três factos a contradizer esta tendência do gosto:

- quando em 1716 D. Rodrigo decidiu que deveria fazer o outro púlpito na sua Sé, a nova balaustrada foi feita em latão, à semelhança do já existente.

- em 16 de Setembro de 1708 a capela da Santíssima Trindade, que se situava na cabeceira da Sé, recebeu umas novas grades, mas de ferro.

- e passados dez anos, quando a confraria de S. Crispim Crispiniano, que se localizava no corpo da igreja, mandou fazer as suas grades, decidiu que fossem como as da capela de Santo Ovídio e de ferro!

Curioso, muito curioso, é o facto de cinco anos mais tarde D. Rodrigo ter passado a exigir que as grades das capelas da sua Sé passassem a ser todas de madeira. Com efeito, segundo um memorialista do século XVIII, Manuel José Thedim [11], em 1722 o arcebispo determinou que as grades passassem a ser de madeira, acabando com as de ferro.

Este facto, para além de nos mostrar que o arcebispo poderia ser susceptível de mudanças de gosto, apesar da sua já pronunciada idade, indica-nos também que se houve um projecto global para a Sé ele foi fruto de alterações ao longo dos tempos.

c) Razões políticas? As obras das confrarias.

Mas também não podemos deixar de ter em conta que há alterações neste templo, acontecidas no tempo de D. Rodrigo, que não foram produzidas directamente por ele.

Dizemos directamente porque não há dúvida que se umas vezes era ele próprio o encomendante da obra outras vezes utilizava as suas Visitas à Sé para coagir o Cabido e as confrarias para serem feitas todas as alterações que achava necessárias. Conserva-se documentação, datada do ano de 1709, em que o Arcebispo determina a entrega da Visita às igrejas de Braga ao seu mestre de cerimónias, guardando para si os templos da Catedral e do Bom Jesus [12] onde, aliás, teve uma intervenção fundamental.

Apesar da falta quase gritante de documentação existente hoje sobre a Sé, ou da possível perda dos textos das importantíssimas Visitas que o arcebispo a ela fez, conservam-se dispersos por diferentes arquivos de Braga vários

livros que nos dão algumas achegas para o conhecimento da sua maneira de ser e de algumas das suas ideias.

Vejamos, por exemplo, alguns passos da documentação que ainda se conserva da confraria de S. Francisco, que existiu durante cerca de um século na Catedral:

No último dia do ano de 1707 D. Rodrigo mandou, por capítulo de visita, *que esta irmandade fizesse um frontal verde para servir em o dia em que a igreja usasse dele pois não constava havê-lo, como também da mesma forma que os vizinhos tinham com pena de proceder contra eles* [confraria de S. Francisco] [13].

E em 26 de Abril de 1710 mandou o arcebispo *notificar a dita mesa para que se mandasse tirar o caixão e um pano dos assentos deles que estava defronte do altar do santo* [14].

Veja-se ainda uma outra determinação arcebispal, desta vez a propósito do lampadário que era de latão, e não de prata, como o arcebispo exigia que fossem todos os da sua Sé [15]: no dia 30 Dezembro 1725 foi resolvido... *que por sua Ilma achar indecente o lampadário da latão e os mais altares os terem todos de prata ... se mandasse fazer...* O seu desenho foi, naturalmente, semelhante a outro já existente na Sé ... *será de feitio levantado e de tamanho do de Santa Luzia* ... Mas não nos admiremos muito com esta vontade de imitação pois ela era frequente, não havia ainda um tão forte apego do individualismo, como o que hoje temos.

Muito significativos são, também, os termos que ficaram exarados no livro das actas seguinte. A respeito da obrigação de fazer o novo retábulo, poderá ler-se a acta do dia 10 de Março de 1720 [16]:

Termo de obrigação que fez Manuel Fernandes, mestre de pedraria desta cidade em que tomava o arco da parede que se manda fazer por ordem que contra nós procedeu Sua Ilma para o que fomos notificados terceira vez pelo escrivão Henrique de Melo ...

... para o efeito de dar a obra do arco mandada fazer por capítulo de visita e sua Ilma que Deus guarde manda que se faça e mandou notificar a mesa que

estivesse o arco feito até quatro do dito mês com pena de prisão se o não fizesse no dito tempo ... foram notificados três vezes ... e logo pelo juiz e mais da mesa foi feita diligência para se dar a dita obra e falando a oficiais que intentassem tomar a dita obra falando com o mestre pedreiro Gregório [a partir daqui o livro está todo roto]

No termo seguinte, passados dois dias, sente-se que continua a ser notada muito fortemente a obrigação a que estavam submetidos [17]:

Obrigação que fez o meste pedreiro Manuel Fernandes em que tomou o arco de que se manda fazer esta irmandade em que o obriga o Sr. Arcebispo Primaz a dita irmandade a fazê-lo à custa do dito santo:

... no corpo da Sé desta cidade e em presença da mesa e ao pé desta assinado foi dito que se obrigava a fazer o dito arco na forma declarada que havia de ser na forma de outro que mandou fazer Sua Ilma e a seu contento dele dito Senhor tanto na altura como em largura e o fundo esse não será mais do que permitir a parede de pé [da Sé?] e sendo que haja mais alguma fuga [sic] que fique em segurança que tudo o farei não sendo em prejuizo como declaro em preço e quantia de doze moedas de ouro que fazem 57$600 ...

Como se vê a intervenção do Arcebispo não se limitava às obras maiores como são as dos retábulos e à sua nova implantação em arcos recuados abertos nas paredes mestras do edifício da Catedral. Ela estendeu-se a todos os pormenores, mesmo que eles fossem de menor despesa, como eram os dos paramentos [18] e outras peças.

Outras informações poderiam ser aduzidas. É o que nos é transmitido pela documentação da confraria de Santo Homem Bom, dos alfaiates, que hoje se conserva na igreja dos Terceiros. Mas pouco mais, ou nada, adiantaria.

Talvez só alguma carta pessoal do arcebispo, ou as Visitas que fez à catedral, nos pudessem dar dados mais concertados e interessantes. Porque as suas pastorais e os relatórios Ad Limina (estes ainda se conservam todos no arquivo do Vaticano) pouca ajuda nos dão.

Ao chegar ao fim continuamos com dúvidas.

Sabemos que transformou radicalmente a Sé, escondendo, inclusivé, as paredes nuas do granito atrás de uma camada de estuque pintado que as transfigurou.

Que transformou o seu espaço interior num espaço disciplinado, com um grande número de capelas de grande unidade formal.

Que deixou já apontada a grande alteração que o Cabido, Sede Vacante, viria de seguida a operar, a do grandioso órgão.

Que reformulou profundamente a liturgia, com a edição de um Breviário Bracarense, em 1724.

Que introduziu mais uma festa de um enorme alcance, o Lausperene, que obrigou a que fosse de aceitação imediata de toda a cidade.

Pese embora o panegírico, sintetizando, poderemos utilizar as palavras de um seu contemporâneo, o barcelense António Pinto Vilasboas, em texto que se conserva manuscrito, mas que deverá datar de cerca de 1722-1728:

Todos os mais altares que compõe este corpo principal da Sé, são muitos e com excelente ordem colocados, por direcção do Ilustríssimo Arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles. Todos estes estão ricamente fabricados e custosamente compostos; assim, na fábrica do altar, como na riqueza de seus ornamentos. Tudo isto faz sobressair a singular perfeição com que as paredes e tectos de esta metrópole estão tão soberanamente adornadas que com suas excelentes pinturas e finos azulejos se manifestam bem com os luzidíssimos raios do sol que pelas cristalinas vidraças entram a fazer brilhar com admiração suas maravilhosas circunstâncias e perfeições maravilhosas[19].

Mas a questão subsiste: porque o fez?

Não pode haver dúvidas que tinha vontade de alterar radicalmente a sua Sé. Mas também não nos podemos esquecer das múltiplas contradições que aconteceram ao longo do seu percurso.

Fê-lo por vontade política, de afirmação da sua personalidade? Não temos

dúvida de que sim. As palavras que estão exaradas nos livros da Confraria de S. Francisco, atrás referidas, mostram-nos bem essa sua vontade. Nesse caminho também apontam algumas passagens das suas Pastorais, sem dúvida os seus mais importantes documentos da sua política religiosa.

Fê-lo por uma vontade artística e de introdução de novidade? Não nos parece que possamos apontar muito nesse sentido. São por demais evidentes alguns retrocessos que operou ao longo do processo de transformação da sua Sé, para além da escolha de Manuel Pinto Vilalobos, um engenheiro militar, para seu conselheiro artístico. Isto pese os lugares importantes por onde o arcebispo passou antes de chegar a Braga [20].

d) Razões religiosas

Fê-lo por uma vontade de afirmação do seu amor a Deus e do poder que a religião católica deveria ter? Não temos dúvidas em acreditar também que sim. Há já estudos que apontam nesse sentido [21]. Mas tão, ou mais, importantes são as palavras do seu biógrafo, Boaventura Maciel Aranha, que com ele conviveu, pese o panegírico

... todos os dias se levantava das três para as quatro horas e ia para a sua tribuna, ou capela particular, onde preseverava em oração diante do Santíssimo Sacramento por tempo considerável; e depois de ouvir diariamente duas missas e depois de oferecer a Deus as primícias daquele dia; se retirava para o seu quarto, onde se vestia, e preparava para ir celebrar, o que fazia depois de ouvir terceira missa publicamente, e com assistência da sua família, convocada pelo sino que se tocava na capela pública, na qual celebrava o mesmo incruento sacrifício aos domingos, dias santos e de festa e sempre administrava a Santíssima Eucaristia ao inumerável povo que concorria à mesma capela ...

Lembremos ainda

Logo que chegou a esta cidade a visitou, em ordem a instruir bons e santos costumes e a extirpar e arrancar vícios. Estava ela, segundo vejo do livro da

visita, que então se fez, e tenho em meu poder, submergida em todo o género de escândalos, os quais cuidou atalhar com prudência e brandura; e onde os não pôde evitar com admoestações e suavidade o fazia com rigor e a ferro...

E, finalmente, no parágrafo que escreveu de introdução à listagem das obras que operou na Catedral

Esmerava-se com singular desvelo em fazer obras em obséquio da piedade e consagradas ao culto Divino. Obra sua foi o ...

Penso que estas palavras são por demais elucidativas da sua vontade de fazer estas obras, repetimos, *em obséquio da piedade e consagradas ao culto Divino*

Da mesma forma pensava outro contemporâneo, já aqui citado, António Machado Vilasboas. Ao referir-se às obras que o Arcebispo fez na capela de S. Geraldo, uma das que desde tempos medievais anda adossada à Sé, escreveu:

Deste lugar foi tirado [o corpo de São Nicolau] um destes anos passados quando mandou reedificar esta antiquíssima capela o mesmo senhor D. Rodrigo de Moura Teles; o que fez com considerável dispêndio e o tresladou para outro novo caixão, de obra moderna ricamente dourado que colocou na tribuna do mesmo retábulo com cortinas de damasco, e outros panos de preço com que se cobre este mausoléu. As paredes e tecto cobriu de pinturas e suas vidraças de cortinas de damasco, ***o que tudo concebia grande devoção***[22]*!*

E por aqui nos ficamos. Mais do que certezas trouxemos dúvidas, sobre esta obra unitária levada a cabo no mesmo tempo (1704-1728), no mesmo lugar (Sé Catedral) e pela mesma pessoa (D. Rodrigo de Moura Teles), pese alguma documentação nova e uma outra forma de olhar a obra do arcebispo. Mais do que analisar a sua obra quisemos prescrutar o porquê, as motivações que o levaram a transformar a Sé numa unidade artística absoluta em que nada foi esquecido, ou deixado ao acaso.

Essa a contribuição que quisemos trazer a este colóquio.

Notas

[1] DODERER, 1992.

[2] Quem primeiro chamou atenção para este quadro foi FERREIRA, 1932, p. 268, em nota de rodapé. Não nos dá a sua data. Mas por uma série de obras que apresenta deverá ser posterior à sua morte. O retrato de D. Rodrigo deverá ter sido copiado de um dos vários que foram feitos ainda em sua vida. Infelizmente desconhecemos onde pára, se é que ainda existe, o arquivo desta confraria.

[3] Não deixa de ser curioso que esta fonte tenha sido construída pelo seu mestre de pedraria preferido, Manuel Fernandes da Silva. Sobre ela veja-se VASCONCELOS, 1992.

[4] Sobre Manuel Pinto Vilalobos veja-se, essencialmente, SOROMENHO, 1991.

[5] Sobre este mestre de pedraria veja-se para além dos livros de SMITH 1970 (1) e 1972, os de OLIVEIRA, 1993, REIS 1990 e 1994; ROCHA, 1994.

[6] Ig. Sta Cruz. Braga. Arquivo da Irmandade de Santa Cruz. *Livro 23*, fol. 184-184v. Acta da sessão de 25 Março 1710 – ... foi proposto *se havia de fazer o lausperene, a música ... fosse a cantochão e fazia este lausperene por assim o mandar o Ilmo Senhor Arcebispo e se desse aos reverendos sacerdotes 6$000 que assistissem ao lausperene e que o vedor da fazenda fosse falar e apautuar (sic) com os organistas para que assistissem ...*

[7] Veja-se o que adiante se refere a propósito das obras mandadas fazer pelo Arcebispo à confraria de S. Francisco. Muitas outras referências semelhantes poderiam ser aqui trazidas.

[8] Arquivo Secreto do Vaticano – *Relações Ad limine* de 3 de Maio de 1709. Ver bibliografia.

[9] ADB. Nota Geral, 2.ª série, vol. 20, fol. 83-83v – *Contrato de obra das grades da capela mor da Sé com Luis Vieira da Cruz e outros.*

[10] Quem primeiro chamou a atenção para esta parte do mobiliário barroco foi SMITH, 1974, no seu estudo detalhado sobre a vida e obra de Agostinho Marques. Após este estudo pioneiro foram vários os autores que passaram a chamar a atenção para as grades. No caso da Sé bracarense veja-se ROCHA, 1994(1). Para a obra de outro destes enxambradores bracarenses, José Marques dos Reis, que trabalhou muito para a Sé, veja-se a compilação OLIVEIRA, 1996, estudo *"As relações artisticas entre a cidade de Braga e o concelho dos Arcos de Valdevez no século XVIII"*.

[11] THEDIM, fol. 93.

[12] ADB. Col. Cronológica, doc. 2493, de 4 de Abril de 1709.

[13] Arquivo da Igreja da Ordem Terceira de S. Francisco, Braga. Irmandade de S. Francisco da Sé – *Livro de acórdãos de 1673-1716*, fol. 96.

[14] Arquivo da Igreja da Ordem Terceira de S. Francisco, Braga. Irmandade de S. Francisco da Sé – *Livro de Acórdãos de 1673-1716*, fol. 104.

[15] Arquivo da Igreja da Ordem Terceira de S. Francisco, Braga. Irmandade de S. Francisco da Sé. *Actas das sessões 1718-1734*, fol. 72v, e 73v. Actas de 30 de Dezembro de 1725 e 13 Janeiro de 1726.

[16] Arquivo da Igreja da Ordem Terceira de S. Francisco, Braga. Irmandade de S. Francisco da Sé. *Actas das sessões 1718-1734*, fol. 24.

[17] Arquivo da Igreja da Ordem Terceira de S. Francisco, Braga. Irmandade de S. Francisco da Sé – *Actas das sessões 1718-1734*, fol. 25-25v.

[18] Embora o decreto que se conserva na Colecção Cronológica, n.° 2493 – e igualmente no Registo Geral, volume n.° 305, fol. 17-17v – diga apenas respeito às igrejas e capelas da cidade e seu termo, exceptuando os templos da Sé e do Bom Jesus do Monte, não deixa de ser significativo o cuidado que D. Rodrigo dá à necessidade de haver todos os paramentos necessários:

Porque nos achamos actualmente em visita desta nossa Sé Primacial e mais igrejas desta nossa Cidade de Braga e as constantes ocupações não nos darem lugar a visitar assim os Ornamentos como tudo o mais que toca à fábrica das ditas igrejas e capelas e pedir o serviço de Deus Nosso Senhor se não omita esta diligência muito importante para a utilidade e provimento das mesmas igrejas e capelas pelo que respeita aos ornamentos e mais coisas necessárias ao culto divino e reparo das mesmas Igrejas e Capelas e confiarmos muito do Dr. João Duarte dos Santos, nosso Mestre de Cerimónias, que com grande zelo e acerto visitará a fábrica das ditas igrejas e capelas pelo presente nosso Decreto lhe concedemos faculdade para visitar as das freguesias e igrejas desta nossa cidade e extramuros da mesma cidade, excepto a nossa Sé e capela do Bom Jesus do Monte e verá se estão feitas as obras que na visita passada provemos nas ditas igrejas e capelas vendo para isso os livros dos provimentos da dita visita e se é necessário que se façam de novo algumas obras para de tudo nos informar e provermos como mais for servido Deus Nosso Senhor. Braga, 4 de Abril de 1709.

Arcebispo primaz.

[19] VILASBOAS, António Machado – *Relação e descrição da cidade de Braga*. MS da Biblioteca Nacional, datável de 1722-1728. Este texto foi pela primeira vez utilizado, embora parcialmente, por SOROMENHO, 1991.

[20] O mais notável estudo sobre a actividade artística do arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles é o texto de Miguel SOROMENHO (1991), infelizmente ainda não publicado. Mas devem ver-se ainda outras contribuições importantes em REIS (1990) e (1995); e em ROCHA, 1994 (1). Claro está que ainda são extremamente interessantes e sugestivos os variados textos de Robert SMITH.

Uma grande listagem das obras que Moura Teles apoiou pode ser vista em FREITAS, 1890, vol. 1, p. 306-309. Foi reproduzida em FERREIRA, 1932, p. 265-268.

[21] SORROMENHO, 1991 e ROCHA, 1994(1), sobretudo este último.

[22] VILASBOAS, António Machado – *Relação e descrição da cidade de Braga*. MS da Biblioteca Nacional, datável de 1722-1728.

Bibliografia

Manuscritos

Arquivo Distrital de Braga

Colecção Cronológica, doc. 2431, 2493 e 2560 (*Testamento de D. Rodrigo de Moura Teles*, datado de 9 de Abril de 1727).

Nota Geral, 2ª série, vol. 20.

Registo Geral, vol. 305.

THEDIM, Manuel José – *Diário Bracarense* ... Manuscrito de que existe fotocópia no Arquivo Distrital de Braga.

Arquivo da Igreja de Santa Cruz, Braga

Irmandade de Santa Cruz. *Livro 2.*

Arquivo da Igreja dos Terceiros de S. Francisco, Braga

Irmandade de S. Francisco da Sé – *Livro de Acórdãos de 1673-1716.*

Irmandade de S. Francisco da Sé – *Actas das Sessões 1718-1734.*

Arquivo Secreto do Vaticano

TELES, Rodrigo de Moura – *Relações Ad Limine.* Conservam-se no S. CONGREG. CONCILII RELATIONES. Vol. 141. Bracharen., 168--271v.

Biblioteca Nacional, Lisboa

VILASBOAS, António Machado – *Relação e descrição da cidade de Braga* (1722-1728). (Res. Cod. 11226).

Impressos

ALVES, 1990 – ALVES, Natália Marinho Ferreira – *A actividade dos pintores – douradores em Braga nos séculos XVII e XVIII.* In: IX CENTENÁRIO DA DEDICAÇÃO DA SÉ DE BRAGA. CONGRESSO INTERNACIONAL – Actas. vol. 3, Braga, Universidade Católica/Cabido Metropolitano, 1990, p. 373-394.

ARANHA 1743 – ARANHA, Boaventura Maciel – *Cuidados da Vida e Descuidos da Morte... Acrescentados com um Epítome da vida e morte do Exmo e Revmo Senhor Dom Rodrigo de Moura Teles*. Lisboa, Na Officina Pinheirense, 1743.

BARREIROS, 1922 – BARREIROS, Manuel Aguiar – *A catedral de Santa Maria de Braga*. Porto, Marques de Abreu, 1922. Teve uma reedição fac-similada em 1992.

CARNEIRO, 1903 – CARNEIRO, Manuel – *Álbum da Sé de Braga*. Braga, Manuel Carneiro & Irmão, s/d (c.ª 1903).

DODERER, 1992 – DODERER, Gerard – *Os órgãos da Sé Catedral de Braga*. Lisboa, s.e., 1992.

FERREIRA, 1932 – FERREIRA, José Augusto – *Fastos Episcopais da Igreja Primacial Bracarense*. vol 3. Braga, Mitra Bracarense, 1932.

FREITAS, 1890 – FREITAS, Bernardino de Sena – *Memórias de Braga*. 5 vol. Braga, Imp. Cathólica, 1890.

GOMES, 1981 – GOMES, J. Pinharanda – *História da Diocese da Guarda*. Braga, Autor, 1981.

OLIVEIRA, 1993 – OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *Estudos sobre o século XVIII em Braga. História e Arte*. Braga, APPACDM, 1993.

OLIVEIRA, 1994 – OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *O convento do Salvador. De mosteiro de freiras ao Asilo Conde de Agrolongo*. Braga, [Lar Conde de Agrolongo],1994.

OLIVEIRA, 1996 – OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *Estudos sobre os séculos XVII e XVIII no Minho. História e Arte*. Braga, APPACDM, 1996.

REIS, 1990 – REIS, António Matos – *A Arte na arquidiocese de Braga no tempo de D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728): o estilo, as obras e os artistas*. In: IX CENTENÁRIO DA DEDICAÇÃO DA SÉ DE

BRAGA. CONGRESSO INTERNACIONAL – Actas. vol. 3, Braga, Universidade Católica/Cabido Metropolitano, 1990, p. 373-394.

REIS, 1995 – REIS, António Matos – *Caminhos da História da Arte no Noroeste de Portugal no Primeiro Quartel do Século XVIII*. "Cadernos Vianenses", Viana do Castelo, 19, 1995, p. 155-200.

ROCHA, 1994(1) – ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – *Altares e invocações da Sé de Braga*. "Museu", Porto, 4ª série, 1994, p. 37-53.

ROCHA, 1994(2) – ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – *Arquitectura civil e religiosa de Braga nos séculos XVII e XVIII*. Braga, 1994.

SILVA, 1985 – SILVA, Domingos da – *Braga antes e em meados do século XVIII*. "Bracara Augusta", Braga, 39 (100-101), 1985, p. 193-219.

SMITH, 1970 – SMITH, Robert C. – *Marceliano de Araújo*. Porto, Nelita editora, 1970.

SMITH, 1970(1) – SMITH, Robert C. – *A Sacristia do Tesouro da Sé Primacial*. "Bracara Augusta", Braga, 24 (69-70), 1970, p. 3-27, il.

SMITH, 1972 – SMITH, Robert C. – *Frei José de Santo António Vilaça*. 2 vols. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.

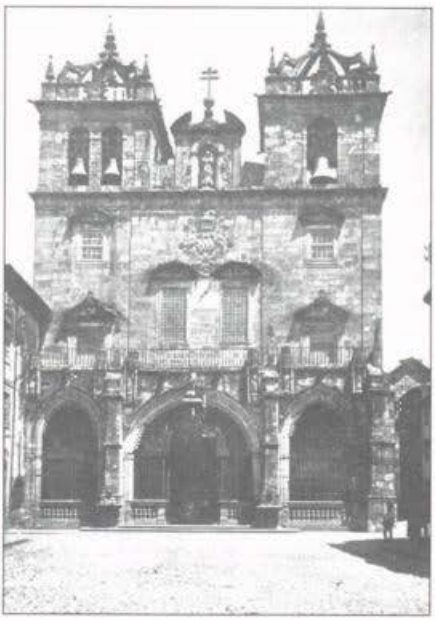
SMITH, 1974 – SMITH, Robert C. – *Agostinho Marques, enxambrador da Cónega*. Porto, Livraria Civilização, 1974.

SOARES, 1990 – SOARES, Franquelim Neiva – *A Catedral e o Cabido de Braga nas* relationes ad limina *até 1615. Os relatórios de D. Frei Agostinho de Jesus e D. Frei Aleixo de Meneses*. In: IX CENTENÁRIO DA DEDICAÇÃO DA SÉ DE BRAGA. CONGRESSO INTERNACIONAL — Actas. vol. 3, Braga, Universidade Católica/Cabido Metropolitano, 1990, p. 233-264. Principalmente p. 248-260.

SOROMENHO, 1991 – SOROMENHO, Miguel – *Manuel Pinto Vilalobos, da engenharia militar à arquitectura*. Lisboa, 1991. (Tese de mestrado).

TELES, 1934 – TELES, Rodrigo de Moura – *Pastoral [de 20 de Novembro de 1706]*. In: FERREIRA, José Augusto – *Fastos Episcopais da Igreja Primacial Bracarense*. vol 4. Braga, Mitra Bracarense, 1934, p. 591-608.

VASCONCELOS, 1992 – VASCONCELOS, Maria Assunção Jácome – *Breve notícia das obras realizadas pelo Arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles no Paço Arquiepiscopal*. "Forum", Braga, 11, Jan. 1992, p.3-8.



1.

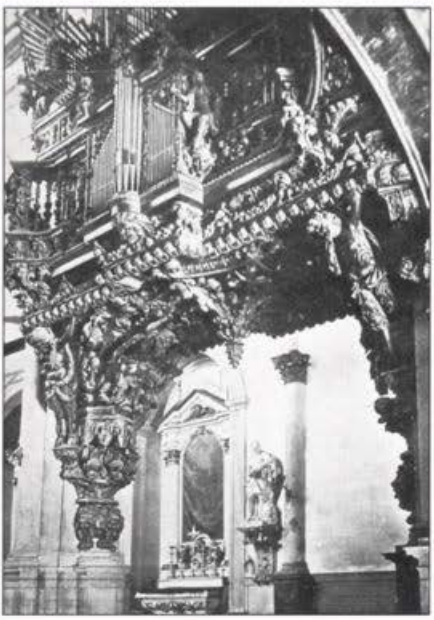
2.

3.

1. *Sé Catedral de Braga. Fachada.*
2. *Exterior da Sacristia e Casa do Tesouro.*
3. *Interior da capela de S. Geraldo.*

(Fotografia de Manuel Carneiro; c.ª 1903).

4.



6.

5.

7.

4. *Vista geral da nave principal da Sé.*
5. *Vista de uma das naves laterais da Sé.*
6. *Órgãos da Sé.*
7. *Largo do Paço com o chafariz de D. Rodrigo de Moura Teles.*

(Fotografia de Manuel Carneiro; c.ª 1903).